

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.726 - SP (2019/0038986-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161
RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648
OSCAR TAKETO FUJISHIMA - SP284953
LUIS MAURO MOURA BRUDER SERAFIM - SP305711
FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872
KATY EMMERY MORAIS MATOS - SP334597
AGRAVADO : DAVID MARTINS DOS SANTOS
ADVOGADO : WALTER RODRIGUES - SP316043

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Banco do Brasil S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial com base no óbice da Súmula 7/STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 44):

ASTREINTES - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - LIMITAÇÃO DOS DESCONTOS A 30% DOS VENCIMENTOS DO AGRAVADO - PRETENSÃO RECURSAL PARA REDUZIR O LIMITE FIXADO - MONTANTE DE R\$33.000,00 QUE NÃO SE REVELA EXAGERADO AO CASO DOS AUTOS - ADEMAIS, HIPÓTESE EM QUE A QUANTIA EFETIVAMENTE DEVIDA PELO AGRAVANTE AO AGRAVADO A TÍTULO DE MULTA AINDA SERÁ APURADA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.

O agravante alega a violação do art. 536, § 1º, do Código de Processo Civil, buscando reduzir a multa que lhe fora aplicada.

Decido.

Ocorre que não se mostra cabível, nesta via, perquirir acerca da razoabilidade da condenação determinada na origem devido ao óbice constante da Súmula 7/STJ. Os fatos são aqui recebidos tal como estabelecidos pelo Tribunal *a quo*. E, se a violação do dispositivo legal invocado perpassa pela necessidade de se fixar premissa fática diversa da que consta do acórdão impugnado, inviável o apelo nobre:

Recurso especial.

Não ofende o princípio da Súmula 7 emprestar-se, no julgamento do especial, significado diverso aos fatos estabelecidos pelo acórdão recorrido.

Inviável é ter como ocorridos fatos cuja existência o acórdão negou ou

negar fatos que se tiveram como verificados. (AgRg nos EREsp 134.108/DF, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 2/6/1999, DJ 16/8/1999, p. 36)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REGISTRO NO CRQ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INVIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO VIA RECURSAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. EXISTÊNCIA DE MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF, APLICÁVEIS POR ANALOGIA. VERIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE FATO GERADOR. AFERIÇÃO DA ATIVIDADE PREPONDERANTE DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

[...]

4. O Tribunal de origem entendeu, à luz do contrato social e das provas dos autos, que as indústrias vinícolas e os associados representados pelo SINDUSVINHO possuem, como objetos sociais, produção, engarrafamento e comercialização de vinhos, ou seja, atividades não inerentes à química, o que afastaria a obrigatoriedade de registro no Conselho Regional de Química. Insuscetível de revisão o referido entendimento, por demandar interpretação de cláusulas contratuais e reexame do conjunto fático-probatório, atraindo a aplicação das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.425.008/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/11/2014, DJe 14/11/2014)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC de 2015, correspondente ao art. 544, § 4º, I, do CPC de 1973, c/c o art. 1º da Resolução STJ n. 17/2013, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator